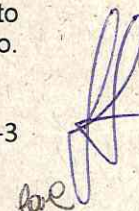


## ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PARANAGUÁ.

Aos Vinte e Dois dias do mês de Julho de Dois Mil e Quatorze, iniciada às nove horas e vinte e cinco minutos, no Auditório da Plenária da Câmara Municipal de Paranaguá, sito à Rua João Estevão, número trezentos e sessenta e um, Ponta do Caju, foi realizada a primeira reunião extraordinária do ano de Dois Mil e Quatorze do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paranaguá. Estavam presentes os conselheiros, Anderson Teixeira (Câmara Municipal de Paranaguá), Alekesandro Alves (Associação de Moradores do Jardim Esperança), Débora Temporão de Aguiar Ramos (Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMUR), Eloir Martins (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá – ACIAP), Frederico Luis Salvadori (CAB Águas de Paranaguá), João Rocha Filho (Colônia de Pescadores Z-1), José Juarez Amates (Secretaria Municipal de Obras Públicas – SEMOP), Priscila da Mata Cavalcante (Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR), Rita de Kássia Nanami Abe (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLOG), Sérgio Roberto Bovo (CAB Águas de Paranaguá) e também Camila Victoria Nascimento (SEMMA e Secretária Executiva) e o Presidente Antônio Ricardo dos Santos. Entidades participantes com representante são: Prefeito Municipal, COPEL, Procuradoria Geral do Município, Defensoria Pública, Guarda Civil Ambiental, Secretaria Municipal de Segurança, Força Verde, Secretaria Municipal Extraordinária de Habitação e Assuntos Fundiários. A reunião foi iniciada com o agradecimento do Presidente Antônio Ricardo com a presença dos convidados e/ou representantes das entidades convidadas, funcionários da SEMMA e da presença do Prefeito Municipal Edison de Oliveira Kersten. O Presidente então começa a discorrer sobre a situação pauta da reunião, que se trata de invasões em áreas públicas (federais, estaduais e municipais) no Município de Paranaguá, devendo a situação ser tratada como alarmante e que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente necessita de ajuda para coibir ações, invasões e apropriações destas áreas que estão ligadas a processos de invasões em áreas de preservação permanente, fundos de vale, pedidos de ligação de luz e água. No ato do levantamento, como em outras ações de fiscalização e vistoria, existem ameaças aos funcionários (fiscais e engenheiros do corpo técnico da SEMMA) que vão agora, acompanhados da Guarda Civil Ambiental. O Presidente informa que o crescimento da cidade ocorre no sentido da Rodovia PR 407 e de forma desordenada, através de venda das casas de pessoas que foram realocadas, informações como mapas e delimitações de loteamento ou áreas públicas ou com instalação de infraestruturas para ligação de luz e água em locais impróprios. Continua em sua fala informando que Força Verde e Guarda Civil Ambiental em suas vistorias e fiscalização emitem autos de infração, mas não tem o poder de polícia ou de desapropriar/retirar a população destes locais. A ocupação desordenada ocorre com a construção em vias públicas, não deixando espaço suficiente para as caixas das vias, através de desmatamento de áreas na região do Rio da Vaca, ocupação de áreas públicas no Jardim do Bosque. O Presidente então sugere que as Polícias Civil, Militar e Federal façam investigações para descobrir quem são as pessoas que articulam estas questões, pessoas que vendem estas áreas e outras situações relacionadas. Sugere também que as Secretarias Municipais de Urbanismo – SEMUR, de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLOG e Extraordinária de Habitação e Assuntos Fundiários – SEMHAF realizem uma ação civil pública para investigar a venda de casas adquiridas em realocações. Dá-se então propriamente dita a apresentação dos slides contendo as imagens das vistorias realizadas pelos técnicos da SEMMA em conjunto com a Guarda Civil Ambiental, no período de uma semana, realizadas no Jardim do Bosque; Terras do Estado (entre Florestal do Palmito e Porto Seguro); Jacarandá II (Rua das Rosas, entre Rio da Vila e Loteamento José Baka); Loteamento José Baka (fundos do Porto Seguro); Jardim Esperança e Vale do Sol; Vila Garcia e Rio da Vaca; Jardim Paraná; Rio da Vila (Jacarandá e Ouro Fino); Vila dos Comerciantes, Nilson Neves e Jacarandá; Labra; Jardim Guaraituba; Jardim Iguazu e Santa Helena; Jardim Figueira; Vila do Povo; Santa Cecília (Morro da Cocada). Findada a apresentação das imagens coletadas, o Presidente informa que por dia chegam à SEMMA de 15 a 20 pedidos de ligação de luz, muitos são indeferidos por encontrarem-se nestas situações. O Presidente informa que uma segunda reunião com o mesmo intuito será organizada para chamar empresas de terraplenagem ou remoção de aterro, visto que muito material utilizado nestas áreas deve ter como origem estas fontes. O Presidente então abre a palavra e o primeiro a se manifestar é o Prefeito Edison de Oliveira Kersten, dizendo que a questão das invasões no município é crônica, em pontos questionáveis como na margem do Rio Itiberê e que suas secretarias estão fazendo estudo e levantamento das áreas ocupadas em regiões de mangue e promovendo o realocamento desta população.



Um dos exemplos usados é na região do Canal do Anhaia que após a desocupação, as casas são destruídas e então há o monitoramento da região a fim de evitar novas ocupações, com a intenção de implantar um parque nesta área para consolidar uma área de não ocupação. O Prefeito ainda informa que após notificação da situação há o encaminhamento da denuncia até a Procuradoria Geral do Município (PROGEM) e então é dado início no processo de retirada desta população da área, pedindo então que a representante do PROGEM manifeste-se quanto à agilidade das ações, encerrando sua fala. A Procuradora Municipal Klissia Gles Moura Furlan informa que o município tenta agir dentro da legalidade, através da notificação do morador, mas que como poder público tem limites para ações demolitórias. Exemplifica que há vinte anos é tentada a regularização da área do Canal do Anhaia, mas que existem sete famílias que insistem em permanecer na área, tendo assim que ser tomada outra medida jurídica para a remoção destas pessoas da área, com retirada à força. Afirma que a atitude esperada do Município está sendo feita, mas que em outras esferas, existe uma morosidade. Informa ainda ser hora de uma ação em conjunto e que o COMMA tem condições, estruturas e força normativa para tanto, finalizando sua fala. O Procurador Ambiental da SEMMA, Alex Justus da Silveira, então pede a palavra para considerações, iniciando com o comentário que o processo de ocupação em áreas de riscos já é problemático e histórico, especialmente com a população migrante que não consegue ocupações no mercado de trabalho, ficando à margem da sociedade literalmente. Dois problemas que devem ser colocados em pauta são: um é o direito à moradia e o outro ao meio ambiente equilibrado. O Procurador Ambiental Alex continua com a sugestão da produção de zoneamento georreferenciado das áreas da cidade, sejam áreas urbanas consolidadas, áreas de preservação permanente, e depois um planejamento com a secretaria responsável pela regularização fundiária, incluindo a criação de parques lineares com o intuito de proteger as áreas de preservação permanente. Após o Procurador, pede a palavra o Biólogo da SEMMA, João Roberto Barros Maceno Silva que exalta o trabalho em equipe dos técnicos da SEMMA e que indica como sugestão buscar as pessoas que compram e vendem estas áreas, através da criação de uma Câmara Técnica do COMMA, conjuntamente com órgãos envolvidos para de forma emergencial produzir um plano de ações. O Biólogo João Roberto ainda sugere a divulgação de forma ampla das ações e delimitação, exemplificando o que é proibitivo ou permitido. A Procuradora Klissia pede novamente a palavra informando ser necessária a tomada de medidas enérgicas com quem está infringindo a lei buscando assim acabar com a impunidade e que deve haver um debate de como e quando fazer, levando em considerações os direitos e deveres de cada um. A seguir, pede a palavra o Conselheiro Alekesandro Alves (Presidente da Associação de Moradores do Jardim Esperança), informando que nem sempre as pessoas que moram nestas áreas de invasões estão lá porque querem, algumas estão porque precisam. O Conselheiro Alekesandro então sugere uma audiência pública ou outro canal de comunicação com a Prefeitura para a busca e troca de informações, dizendo que o poder público precisa conversar com a população daquela região em especial. O Presidente Ricardo então informa que quem deve investigar é a polícia e não a SEMMA e que pretende acatar as sugestões para a criação da Câmara Técnica. O Conselheiro Sérgio Roberto Bovo (CAB Águas de Paranaguá) diz concordar com as sugestões aqui já citadas, mas que a realidade da sua Empresa é que a área não estando legalizada, a própria população produz os chamados gatos, ligações irregulares de luz e água. Informa que auxilia no corte do abastecimento se necessário for. Diz ainda que há mais de cinquenta dias tem queixa-crime na polícia, para ter acompanhamento em áreas como Jardim Jacarandá 2, com mais de cento e cinquenta casas e que para que haja o corte no abastecimento, a Empresa necessita de escolta policial. O Representante da COPEL, Rogério Caetano informa que assim como a CAB, há dois ou três meses atrás, a COPEL fez um desligamento de luz na região metropolitana de Curitiba e que a manifestação dos moradores ocorreu com a interrupção do tráfego em uma via chamada Linha Verde, situação semelhante à ocorrida na Vila Marinho. Informa que a COPEL realiza alguns desligamentos durante a madrugada, mas que devido à mobilização da população, as ligações são reestabelecidas pela manhã ou à tarde posteriormente. O representante da COPEL continua informando que há ação deve ser conjunta, porque colocando a CAB e COPEL para interromperem os serviços não resolverá o problema. A palavra segue ao Defensor Público do Estado do Paraná, Juliano Marold, que inicia informando que a Defensoria Pública está recém-instalada, cerca de seis meses e que recebeu o convite através da Promotora de Justiça Priscila da Mata Cavalcante. O Defensor Público Juliano expressa preocupação quanto ao tratamento ser indistinto aos moradores, que deve haver a separação dos moradores e da indústria aqui já citada, porque aqueles têm a necessidade de moradia nestes locais. Sugere fazer uma análise personalizada para cada local. Informa ainda que segunda a Lei da Regularização Fundiária, pode haver a ocupação em áreas de preservação permanente e

*Oliverio de*

*[Handwritten mark]*

*Jo*


*[Handwritten mark]*

*oe*


*[Handwritten mark]*

sugere ainda a criação de um canal de comunicação com a população, em especial moradores. Informa que o Ministério Público Estadual, Associações e Defensoria Pública podem auxiliar na promoção deste diálogo. O Presidente Ricardo então informa que apesar de existirem muitas áreas de assentamento e invasões antigas no município, o foco desta reunião são as áreas novas, recentes. O Chefe de Divisão da Guarda Marítima e Ambiental, Gerson Nunes Pereira, informa que a função da Guarda Marítima e Ambiental é fazer patrulhamento e que atualmente estão trabalhando com o setor técnico da SEMMA, com apreensões e fiscalização. Solicita um contato direto com responsáveis da CAB e COPEL, bem como com o MPE, para a criação de uma comunicação direta para ações imediatas. A palavra volta para o Presidente Ricardo, que informa na próxima reunião do COMMA, haverá a deliberação para a criação e composição da Câmara Técnica. Não tendo nenhum assunto de interesse coletivo, pelo Presidente então é, encerrada a primeira reunião extraordinária do ano de 2014 do COMMA.

  
Camila Victoria Nascimento

  
Antonio Ricardo dos Santos  
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente

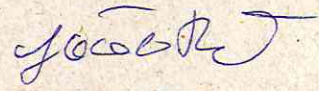
Anderson Teixeira  
Câmara Municipal de  
Paranaguá

  
Alekesandro Alves  
Associação de Moradores do  
Jardim Esperança


Débora Temporão de Aguiar  
Ramos  
Secretaria Municipal de  
Urbanismo  
SEMUR

  
Eloir Martins  
Associação Comercial,  
Industrial e Agrícola de  
Paranaguá  
ACIAP

Frederico Luis Salvadori  
CAB Águas de Paranaguá

  
João Rocha Filho  
Colônia de Pescadores Z-1

José Juarez Amates  
Secretaria Municipal de  
Obras Públicas  
SEMOP

  
Priscila da Mata Cavalcante  
Ministério Público do Estado  
do Paraná  
MPE

  
Rita de Kássia Nanami Abe  
Secretaria Municipal de  
Planejamento, Orçamento e  
Gestão  
SEMPLOG

Sérgio Roberto Bovo  
CAB Águas de Paranaguá